

Processo nº	Órgão Colegial
CM/2025/1	Câmara Municipal de Braga

Ata da Reunião Ordinária Pública de 13 de janeiro de 2025

Ao décimo terceiro dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco, pelas nove horas e trinta minutos, no Edifício GNRation, na Praça Conde de Agrolongo, número 125, cidade de Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Vítor Manuel Jorge Rodrigues** (CDU) -----

Secretariou: Mónica Alexandra Machado Gonçalves Castro, da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

A) Período antes da ordem do dia

----- Pelo **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, foi dado abertura ao período antes da ordem do dia cedendo a palavra aos vereadores. -----

----- Iniciou o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, que, como primeiro assunto falou sobre a segurança nas passeadeiras, com destaque para os dois atropelamentos ocorridos na última semana em Braga, incluindo na Avenida Robert Smith. Enfatizou a urgência de implementar medidas para reduzir o número elevado de acidentes envolvendo peões, uma questão preocupante na cidade. Recordou que, após um atropelamento próximo a uma escola, foi formada uma comissão destinada a analisar a segurança rodoviária, especialmente nas zonas próximas às escolas, onde solicitou informação sobre os trabalhos realizados pela comissão. Questionou que medidas estão pensadas para as passeadeiras em geral, com ênfase nas localizadas em áreas com histórico de acidentes, como a Avenida Robert Smith. Destacou a urgência de implementar medidas concretas e eficazes, tais como melhorias na sinalização, iluminação, instalação de lombas ou outras intervenções que garantam a proteção dos peões e a



redução de atropelamentos em Braga. Como segundo assunto, propôs a Criação de um “Projeto-piloto de Serviço Cívico com Moeda Social em Braga. Explicou que “este projeto tem como objetivo incentivar e valorizar o envolvimento cívico dos cidadãos em atividades de interesse comunitário, promovendo a educação para a cidadania, o apoio mútuo e a cooperação no cuidado da cidade”. Referiu que com este projeto os cidadãos são desafiados a desenvolver atividades no âmbito do acompanhamento de idosos e de crianças com necessidades específicas; da proteção civil e ambiental; de apoio social a pessoas em situação de vulnerabilidade; de valorização e recuperação do património cultural; trabalhos estatísticos e inquéritos populacionais; fomento de atividades desportivas entre jovens e onde cada pessoa participaria conforme a sua disponibilidade, recebendo formação adequada para as tarefas realizadas. O pagamento por este serviço cívico seria efetuado em créditos de moeda social, que poderia ser usado para aceder a serviços municipais acumulados numa conta poupança para uso futuro ou doados a outras pessoas que enfrentem necessidades específicas. Esclareceu que este projeto oferece múltiplos benefícios, educativo, comunitário, participativo e sustentável. “Este projeto é um desafio que nos convoca a pensar e agir hoje para moldar a cidade que queremos deixar para as próximas gerações”. Convidou a Câmara a apoiar a criação do projeto-piloto. Finalizou, referindo que “estamos à disposição para colaborar no desenvolvimento desta ideia, definindo os passos necessários para a sua implementação e discutindo formas de envolver diferentes setores da sociedade neste movimento transformador. Em resposta ao primeiro assunto, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, informou que foi realizado um levantamento das condições das passadeiras nas imediações das escolas. Adiantou que está em processo de contratação um serviço de avaliação da segurança rodoviária em todo o perímetro urbano que vai ser contratado pelos serviços de mobilidade, um estudo bastante mais robusto em termos externos. Referiu que a questão das variantes, já está identificada há bastante tempo, e que muitas das situações assinaladas estão a ser alvo de intervenção. Exemplificou com a Variante do Fojo, local de um dos últimos atropelamentos, onde será implementada uma medida de dissuasão da velocidade, criando restrições significativas para prevenir a repetição de tais ocorrências. Destacou ainda, que a concretização do projeto do BRT (Bus Rapid Transit) também implicará um condicionamento na velocidade de circulação automóvel em várias ruas, incluindo a Avenida Robert Smith. Por fim, reforçou que, embora a Câmara esteja a tomar medidas para controlar a velocidade da circulação automóvel e melhorar as condições nas passadeiras, o principal fator de risco continua a ser a má conduta de alguns condutores, que circulam em velocidade excessiva, não respeitam os locais de estacionamento e criam obstáculos à visibilidade ao estacionar em segunda fila ou sobre as passadeiras. Para responder ao segundo assunto, tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Sameiro Araújo**, que manifestou disponibilidade para analisar o projeto numa reunião com os vereadores do PS. “Há algumas coisas que a Braga Voluntária já aborda, mas podemos reunir para conversar sobre o projeto”. -----
----- Tomou a palavra o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que informou, que devido às chuvas recentes, os campos de ténis da rodovia ficaram alagados, inviabilizando a prática da modalidade. Ressaltou que esta situação não é nova e lembrou que, na última discussão sobre o tema, foi mencionado que a questão estaria prestes a ser resolvida, com o lançamento de um concurso. No entanto, passado um ano, ainda não houve avanços, questionando os motivos da demora na concretização da intervenção. A **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Sameiro Araújo**, tomou a palavra para explicar que, na ocasião, a Câmara Municipal já havia lançado um primeiro concurso para a intervenção, o qual ficou deserto. Posteriormente, foram identificadas algumas patologias



que não haviam sido inicialmente detetadas. Informou ainda que a obra já foi adjudicada, mas a sua concretização só será possível a partir da primavera, uma vez que é necessário tempo seco para a aplicação das resinas. -----

----- Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que informou ter recebido uma missiva do movimento Frossos, a propósito da desagregação das freguesias, manifestando algum descontentamento pelo facto de se antever que no dia 17 de janeiro, a Assembleia da República possa reprovar as pretensões de desagregação das freguesias de Braga, o que considerou uma grande injustiça que apesar da vontade das populações e da concordância da Câmara e da Assembleia Municipal, a Assembleia da República não aprove a desagregação das freguesias de Braga uma vez que “do ponto de vista daquilo que eram as tarefas da freguesia foram todas desenvolvidas dentro dos prazos da lei”. Salientou ainda que o presidente da Câmara deveria ter um papel do ponto de vista público mais ativo relativamente a esta matéria e a pronunciar-se sobre “esta injustiça que pesa aqui sobre as freguesias de Braga”. De seguida, quis deixar uma nota referente à recente alteração da Lei dos Solos, uma medida que tem sido amplamente contestada por especialistas de diversas áreas e por indivíduos com responsabilidades autárquicas, atuais ou anteriores. A alteração introduz a possibilidade de construção em terrenos rústicos, o que representa “um grande passo atrás” no que diz respeito ao ordenamento do território no país. Além disso, foram apontados outros problemas relacionados à medida, inclusive a base de considerações comprovadamente erradas, como a alegação de que a alteração facilitaria a construção de habitações para enfrentar a crise habitacional. Alertou para o risco deste regime excecional gerar especulação, favorecer os “grandes interesses da construção civil” e criar mais problemas no ordenamento do território. Referiu que a medida do governo não resolve a verdadeira necessidade de construção de habitação, não sendo com estas medidas que se responde à falta de habitação, mas sim com mais habitação pública. Prosseguiu, para dar continuidade à questão suscitada pelo PS, a respeito dos atropelamentos na cidade. Foi referido que, embora exista uma componente de civismo que não está sob a alçada da câmara municipal, é necessário ampliar as medidas de redução de velocidade em algumas vias. Como exemplo, mencionou a rua que dá acesso ao Colégio João Paulo II. Foi ainda destacado o problema da insuficiência de iluminação nas passadeiras, fator que também requer atenção. Para finalizar, e em representação da CDU, procedeu à leitura do seguinte voto de pesar a Arlindo Fagundes que foi aprovado por unanimidade. *“Voto de pesar pelo falecimento de Arlindo Fagundes, apresentado na Reunião Ordinária de 13-01-2025 da Câmara Municipal de Braga. Arlindo Fagundes foi um destacado ceramista, ilustrador, autor de banda desenhada, pintor e realizador. Foi também um destacado militante do PCP, pelo qual foi candidato em diversas eleições, e onde assumiu diversas tarefas e responsabilidades. Foi, por isso, um lutador pela liberdade, democracia, justiça social e paz, assumindo a defesa dos direitos do povo e dos trabalhadores como referência. Nascido a 3 de julho de 1945, em Ovar, foi forçado ao exílio em França durante a ditadura fascista em Portugal, tendo regressado ao país depois do 25 de Abril de 1974, vindo a residir em Braga desde essa época. Entre a sua vasta obra, constam as ilustrações para as coleções infanto - juvenis “Uma Aventura” e “Viagens no Tempo”, a personagem de banda desenhada Pitanga e a escultura do busto de António Variações, colocada em Fiscal, Amares, na terra natal do cantor. Ou ainda os cartazes que desenhou para todas as edições da Festa da Alegria, e para a Festa do Avante de 1979. A sua vasta formação inclui a passagem pela Sociedade Nacional de Belas-Artes, onde frequentou o curso de Desenho e Pintura, a Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa (ESBAL - atualmente Faculdade), onde foi aluno de Pintura, para além do Conservatoire Libre de*



Cinéma Français, diplomando-se como realizador de Cinema em 1973. O trabalho de Arlindo Fagundes como ceramista foi distinguido com o 1.º Grande Prémio de Design Artesanal da Bienal de Arte de Vila Nova de Cerveira, em 1987, e levou-o à elaboração do Manual Prático de Introdução à Cerâmica (Editorial Caminho, 1997), livro fundamental para o conhecimento desta Arte. Realizou vários trabalhos e documentários para a RTP. O livro de banda desenhada “A Rapariga do Poço da Morte” foi premiado com o troféu “Zé Pacóvio e Grilinho” para o Melhor Argumento no Festival de BD da Amadora, em 2003. Colaborou como caricaturista para várias publicações regionais sediadas em Braga. Ilustrou a publicação “Conhece os Teus Direitos - Os Direitos da Criança”, realizada em 1998 para o Governo Civil de Braga e Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho. A sua paixão pela Pintura motivou a realização de algumas exposições, individuais e coletivas, em Braga, Fafe, Lisboa, entre outras localidades. Como docente, lecionou nos cursos de Técnicos de Comunicação e Técnicos Multimédia, na Escola Profissional de Braga, tendo chegado a lecionar Fotografia na Escola Calouste Gulbenkian e sido responsável por formação profissional. A Câmara Municipal de Braga manifesta o seu pesar pelo falecimento deste grande artista e cidadão, prestando homenagem à sua obra, memória e participação cívica”. -----

----- Tomou na palavra o **Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Rio**, que respondeu à nota do Vereador Vítor Rodrigues sobre a lei dos solos. Referiu que não se trata de uma revisão da lei dos solos, mas sim de uma alteração do regime de urbanização que cria um regime excecional para acelerar a capacidade construtiva em determinadas zonas. Rejeitou a ideia de que a delegação de poder aos órgãos locais para decidir sobre o uso do solo possa estar associada ao desordenamento do território ou à corrupção. Ressaltou, que as decisões serão baseadas em regras claras e específicas, sem espaço para especulação imobiliária e que o objetivo principal é promover habitação acessível ou construção pública, sendo uma resposta necessária à crise habitacional. Destacou que Braga, no contexto da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), já conta com um aumento significativo de 25% na área construtiva. Para finalizar, disse apoiar a iniciativa do governo e elogiou a coragem em implementar essa medida. -----

B) Período da ordem do dia

----- Pelo **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, foi dado abertura ao período da ordem do dia, propondo os seguintes votos: -----

----- Voto de louvor à **equipa de atletismo feminina do Sporting Clube de Braga** que conquistou pela segunda vez consecutiva o título de Campeã Nacional de Estrada, prova realizada no passado dia 06 de janeiro na cidade da Figueira da Foz. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

----- Voto de louvor à atleta **Mariana Machado do Sporting Clube de Braga** que conquistou pelo terceiro ano consecutivo o título de Campeã de Portugal de Estrada, prova realizada no passado dia 06 de janeiro na cidade da Figueira da Foz. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

----- Voto de louvor à **equipa masculina de Futsal, do Sporting Clube de Braga**, que conquistou a Supertaça de Futsal Placard, no passado dia 28 de dezembro, na Póvoa de Varzim. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----



Deliberações:

1. Aprovação da ata nº 72 da reunião ordinária pública de 16 de dezembro de 2024.

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
------------------	-------------------------------------

Nos termos do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. **Deliberado aprovar por unanimidade. -----**

2. Atribuição de Topónimo - Freguesia de S. Vitor - Processo 12217/2024.

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
------------------	-------------------------------------

Presente a proposta de resolução PR/2024/6588 de 3 de janeiro de 2025. “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de atribuição de topónimo situado no Lugar das Lameiras, da freguesia de São Victor: Atribuição de topónimo – Arteria Proposta (A) - Rua Clara Menéres - Início – Rua da Fábrica - Fim – Sem Saída. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade. ---**

3. Requalificação e Ampliação da Escola Básica Ponte Pedrinha - Aprovação do projeto de execução - Processo 651/2025.

Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 6, Contra: 0, Abstenções: 5, Ausentes: 0

Presente a proposta de resolução PR/2025/320 de 7 de janeiro de 2025. “Submete-se para aprovação, sob posterior ratificação do Executivo Municipal a proposta para aprovação da Requalificação e Ampliação da Escola Básica Ponte Pedrinha, com estimativa orçamental de 2.156.046,94€ + IVA. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado ratificar e aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. -----**

4. Requalificação e Ampliação da Escola Básica Bairro Económico - Aprovação do projeto de execução - Processo 657/2025.

Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 6, Contra: 0, Abstenções: 5, Ausentes: 0

Presente a proposta de resolução PR/2025/324 de 7 de janeiro de 2025. “Submete-se para aprovação, sob posterior ratificação do Executivo Municipal a proposta para aprovação da Requalificação e Ampliação da Escola Básica do



Bairro Económico, com estimativa orçamental de 3.629.619,79€ + IVA. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado ratificar e aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

5. Regulamento Interno de Teletrabalho do Município de Braga - Processo 331/2025.	
Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 6, Contra: 1, Abstenções: 4, Ausentes: 0

Presente a proposta de resolução PR/2025/172 de 3 de janeiro de 2025. “Submete-se à aprovação do Executivo Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o Regulamento Interno de Teletrabalho do Município de Braga, para o qual se remete e que faz parte integrante da presente Proposta, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 75.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação) e n.º 9 do artigo 166.º do Código do Trabalho (aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua atual redação). Tudo de acordo com os documentos constantes no processo. O **Vereador Vítor Rodrigues, da CDU**, indicou que faria chegar uma declaração de voto. Posteriormente, a CDU fez chegar a seguinte declaração de voto: *“A CDU entende que, sendo matéria que respeita à organização e às condições de trabalho, a regulação do teletrabalho no Município de Braga deve ser negociada em sede do ACEP – Acordo Coletivo de Empregador Público. Nesse contexto, aliás, a Câmara Municipal de Braga teria a oportunidade de corrigir uma injustiça que a coloca como caso único, pela negativa, no conjunto dos municípios da região, que passaria por aumentar os dias de férias de 22 para 25 para todos os trabalhadores do município. Mais se verificou que não foram envidados todos os esforços para garantir que as estruturas sindicais representativas dos trabalhadores se pronunciassem sobre o Regulamento em apreço. Por estes motivos, a CDU votou contra”*. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com o voto contra do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

6. Proposta de aditamento ao contrato de Dinamização Cultural - Fundação Bracara Augusta - Processo 13874/2024.	
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade



Presente a proposta de resolução PR/2024/6377 de 27 de dezembro de 2024. “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, a proposta de um aditamento ao contrato de dinamização cultural celebrado a 14 de maio de 2024 com a Fundação Bracara Augusta, nos termos do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

7. Proposta de Aditamento ao Contrato de Dinamização Cultural - Associação Musical Sinfonietta de Braga - Processo 783/2025.

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
------------------	-------------------------------------

Presente a proposta de resolução PR/2025/393 de 7 de janeiro de 2025. “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, a proposta de um aditamento ao contrato de dinamização cultural celebrado a 17 de maio de 2024 com a Associação Musical Sinfonietta de Braga, nos termos do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

8. Contrato Interadministrativo - 106/2024 - Levantamento Topográfico do Parque Industrial de Celeirós – 1.ª Fase - Processo 13541/2024.

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
------------------	-------------------------------------

Presente a proposta de resolução PR/2024/6212 de 26 de dezembro de 2024. “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, na sua redação atual, a celebrar com Junta de Freguesia de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a contratação e execução do «Levantamento Topográfico do Parque Industrial de Celeirós – 1.ª Fase», transferindo, para o efeito, uma verba de 2.152,50€ com IVA incluído. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo. **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

9. Apoios e incentivos à aquisição de habitação para Jovens – Reembolso de 25% IMT – Proposta de Indeferimento - Processo 467/2025.

Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 7, Contra: 0, Abstenções: 4, Ausentes: 0

Presente a proposta de resolução PR/2025/248 de 7 de janeiro de 2025. “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, os pedidos de apoio e incentivos à aquisição de habitação para Jovens, nos termos do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no Âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga, ao abrigo do artigo 17º-A – Incentivo à aquisição de habitação para Jovens; e artigo 17º-B – Outros apoios à aquisição de habitação para Jovens. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da**



Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa. -----

10. Apoios e incentivos à aquisição de habitação para Jovens – Reembolso de 25% IMT – Proposta de Deferimento - Processo 465/2025.

Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 7, Contra: 0, Abstenções: 4, Ausentes: 0

Presente a proposta de resolução PR/2025/247 de 7 de janeiro de 2025. “Submete-se para apreciação do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal, os pedidos de apoio e incentivos à aquisição de habitação para Jovens, nos termos do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no Âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga, ao abrigo do artigo 17º-A – Incentivo à aquisição de habitação para Jovens; e artigo 17º-B – Outros apoios à aquisição de habitação para Jovens. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa. Remeter à Assembleia Municipal para conhecimento. -----**

11. Isenção de taxas e outras receitas municipais - Proposta de deferimento - Processo 379/2025

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
------------------	-------------------------------------

Presente a proposta de resolução PR/2025/412 de 8 de janeiro de 2025. “Submete-se para apreciação do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal, os pedidos de isenção de taxas e outras receitas municipais, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo dos n.ºs. 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo. **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para conhecimento. -----**

C) Para conhecimento

Para conhecimento e informação, foi presente o resumo da tesouraria, referente ao dia 7 de janeiro de 2025, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----



12. Aprovação da ata em minuta

Favorável

Tipo de votação: Unanimidade

D) Período de intervenção do público:

----- Pelo Presidente da Câmara, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

Intervenção:

----- Tomou a palavra o **cidadão Miguel Lopes**, que consentiu com a divulgação dos seus dados pessoais. Prosseguiu à leitura de documento onde referiu que em 2015, os condóminos do Bloco A5, em assembleia, aprovaram a solicitação ao Município de Braga de licença para a realização de obras de aplicação de capoto sobre as tijoleiras existentes no edifício. Após a obtenção das autorizações necessárias, as obras foram executadas e concluídas no mesmo ano. Em 2016, com a concordância dos moradores do Bloco A4, foi solicitado à Câmara Municipal de Braga licença para a execução de obras semelhantes às realizadas no Bloco A5, mantendo as cores. Informou que, em 2021, a empresa Pé de Galo, então administradora dos blocos A1 e A3, iniciou obras para a aplicação de capoto. Durante os acabamentos, o cidadão constatou que as cores aplicadas nos tetos das varandas e nos tubos de águas pluviais diferiam das utilizadas nos demais blocos. Apesar de ter alertado os responsáveis da empresa, as suas advertências foram ignoradas. Afirmou que, diante da irregularidade fez uma denúncia à Câmara Municipal, que foi encaminhada à divisão de fiscalização, depois ao Vereador João Rodrigues, retornando novamente à fiscalização. No entanto, até 2024, o processo não foi concluído, sendo descrito como "sem fim à vista" e excessivamente burocrático. Enquanto o processo tramitava, a empresa Pé de Galo deu continuidade às práticas irregulares, aplicando as mesmas cores em dezembro de 2024, durante as obras realizadas no Bloco A3. Informou que, após as irregularidades verificadas nas obras realizadas pela empresa Pé de Galo, voltou a apresentar denúncia à Câmara Municipal. Nos últimos três anos, dirigiu-se diversas vezes ao Balcão Único para obter informações sobre o andamento do processo, enviou e-mails ao vereador João Rodrigues e abordou o assunto em reuniões anteriores de Câmara. Reiterou a sua preocupação com a demora na resolução do processo, salientando que o mesmo continua sem desfecho, enquanto as irregularidades persistem. Questionou ainda "o que está por detrás disto tudo, que leva esta empresa a usar o autoritarismo que tem vindo a demonstrar e que os serviços Municipais não conseguem por cobro". Prosseguiu para referir que "esta empresa, faz parte do Sistema que este executivo vai mantendo ao longo destes anos que dirige os destinos camarários e tem à sua volta parceira, alguns amigos de cor política. Esta empresa em 2014 ofereceu no Dia Mundial da Criança à divisão de ambiente os insufláveis onde as crianças puderam comemorar o dia. Afinal o que é o sistema? São pessoas que influenciam os decisores em tomadas de posição sobre processos e outras situações que nos bastidores dos serviços camarários vão gravitando. Até à presente data, quase três anos depois o processo tem 72 registos levado a cabo por diversos intervenientes que tiveram de dar pareceres". Finalizou a sua intervenção questionando que desfecho será dado a este processo, que permanece sem resolução. Em resposta, o **Vereador da Coligação**



Juntos por Braga, João Rodrigues, esclareceu que os 72 registos mencionados dão a impressão que se trata de um processo interminável, onde cada etapa corresponde a um registo e que um registo não equivale a uma consulta ou análise, mas apenas a um passo realizado. Concordou ter havido uma denúncia sobre a alteração da pintura de uma fachada de um prédio. Explicou que, foram levantados autos de contraordenação, que os processos de contraordenação seguiram e “chegamos a um determinado momento, e é a própria lei que nos obriga a que assim seja, percebemos que aquela alteração da fachada era legalmente admissível, o único problema aqui, é que aquando da emissão da licença não se requereu essa alteração da cor da fachada e a obrigação do município quando chegamos a esse ponto era notificar quem praticou a contraordenação, que tem a possibilidade de legalizar algo que é legalizável, é isso que está a acontecer e que acontece em centenas de processos. É algo que está previsto e imposto pela lei”. Concluiu, para alertar que, se houver conhecimento concreto de ilegalidades relacionadas à empresa mencionada, estas devem ser denunciadas formalmente. Caso contrário, aconselhou cautela nas palavras proferidas pelo cidadão. -----

ENCERRAMENTO: às 10:25 e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Mónica Alexandra Machado Gonçalves Castro, Técnica da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

